

# Desentendimentos no sul da Capitania de Mato Grosso: a ocupação e a guarnição da Fronteira colonial oeste (1748 – 1801)

Bruno Mendes Tulux\*

O presente texto é fruto de pesquisas iniciais sobre o processo de guarnição e ocupação da fronteira da capitania de Mato Grosso durante o século XVIII. Neste sentido, a proposta aqui apresentada deve ser entendida como uma opção para o entendimento da formação dos estados nacionais, fatores que algumas décadas mais tarde influenciaram no desenvolvimento do maior evento bélico assistido no continente, a Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai. A metodologia utilizada consiste na revisão bibliográfica de clássicos da historiografia com novas discussões acerca deste tema produzidas no Brasil e na Europa.

**Palavras-chave:** Fronteira; Mato Grosso Colonial; Ocupação territorial.

A capitania de Mato Grosso, um “estado fronteira” devido à sua configuração territorial frente aos interesses ibéricos no interior da América do Sul<sup>1</sup>, apresentou seus limites ocidentais como uma barreira na disputa pelo domínio da região, motivação que levou à criação e oficialização político-administrativa em 1748<sup>2</sup> que também pode ser visto, devido à sua especificidade mineradora, como uma capitania que assumiu a função de ser

---

\* Licenciado em História pela UFMS; Mestrando do PPGH/UFGD; bolsista CAPES. [brunotulux@hotmail.com](mailto:brunotulux@hotmail.com)

<sup>1</sup> FARIA, Miguel. “Mato Grosso: Estado fronteira”. *Revista OCEANOS – A Formação Territorial do Brasil*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 40, p. 164 - 172, Outubro/Dezembro de 1999.

<sup>2</sup> DAVIDSON, David M.. How the Brazilian West was won: Freelance and State in Mato Grosso Frontier, 1732 – 1752, In: *Colonial Roots of Modern Brazil*. University of California, 1973, p. 88 – 97.

This text is result of early research of the occupation's process and trim the frontier of the Mato Grosso's province during the eighteenth century. In this sense, the proposal presented here should be understood as an option for understanding the formation of national states, factors that some decades later influenced the development of the biggest event on the con-

tinient witnessed war, the War of the Triple Alliance against Paraguay. The methodology consists used in the literature review of classic historiography to further discussions on this subject produced in Brazil and Europe.

**Key words:** Frontier; Colonial Mato Grosso; Territorial occupation.

---

uma fronteira mineira.<sup>1</sup> Porém, os desentendimentos na raia oeste mato-grossense eram repetidos na Ásia, quando os domínios lusos asiáticos foram invadidos e questionados pelos castelhanos.<sup>2</sup> O caso particular de Mato Grosso remete às aquisições portuguesas junto às antigas áreas espanholas situadas na bacia platina durante o século XVIII, especialmente entre 1748 e 1801. Neste sentido, o presente texto pretende apontar aspectos sobre a gênese dos desentendimentos na fronteira mato-grossense durante o período proposto.

## *A criação de um “estado fronteira”: a capitania de Mato Grosso (1748)*

A constituição de Mato Grosso tem como marco a criação dos primeiros núcleos urbanos lusos no sertão intra-americano. A ocupação não índia desta região interiorana ocorre da seguinte forma: a partir da constituição de missões jesuíticas missionárias castelhanas para a redução das populações ameríndias que viviam nas regiões de Chiquitos e Moxos no início do século XVIII<sup>3</sup>; e por intermédio da ocupação do oeste a partir do elemento lusitano que, fundando cidades, vilas, arraiais, fortes e presídios ocupa toda a margem ocidental do pretendido território da capitania de Mato Grosso.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> JESUS, Nauk Maria de. “A Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: um breve panorama (1727 - 1800)”. *Fronteiras*. UFGD, volume 10 número 17, p. 164, jan./jun. 2008.

<sup>2</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado de Cultura, 1986, p. 90 – 92.

<sup>3</sup> DAVIDSON, David M. *Op. cit.*, p. 65.

<sup>4</sup> ARAUJO, Renata Maucher de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII*: discurso e método. Vol. I, Tese de Doutorado não publicada em História da Arte. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 9 – 10.

A ocupação do ocidente da América portuguesa foi marcada durante a primeira metade do século XVIII pela fundação dos centros mineradores de Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, em 1727<sup>5</sup>, e Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752<sup>6</sup>, localizados no extremo oeste da região em território onde foi criada a capitania de Mato Grosso a partir do desmembramento de parte do território de São Paulo, em 1748.<sup>7</sup> A capitania de Mato Grosso teve sua criação associada à exploração das minas de metais preciosos descobertas no interior do continente como também pelo interesse lisboeta em implantar um governo que tivesse autonomia para administrar e organizar a região que passou a fazer parte do território pertencente à Coroa portuguesa a partir de meados do século XVIII.

A criação da capitania em 1748 assumiu uma posição estratégica na defesa do território incorporado pelos colonos lusos às posses da metrópole portuguesa, já que reconhecido em 1750 pelo Tratado de Madrid<sup>8</sup> e intencionalmente criado com esta finalidade, os limites da capitania demarcaram a região entre o sul da bacia amazônica até a proximidade do Chaco paraguaio e a margem direita do rio Grande<sup>9</sup>. Porém, as resoluções de Madrid não foram suficientes para encerrar as dúvidas referentes à localização da extensão territorial das colônias ibéricas na América nem mesmo garantir que instalada a linha limítrofe esta seria respeitada por ambos os lados, devido às dificuldades em delimitá-la.<sup>10</sup>

---

<sup>5</sup> AYALA, S. C. & SIMON, F.. *Album Graphico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914, p. 316.

<sup>6</sup> MEIRELES, Denise Mald. *Guardiões da fronteira: rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, p. 195.

<sup>7</sup> BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765 – 1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 30 – 31.

<sup>8</sup> FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 164, 178.

<sup>9</sup> GÓES, Synésio Sampaio. “Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.” *Revista OCEANOS – A Formação Territorial do Brasil*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 40, p. 47 – 48, 57 – 58., Outubro/Dezembro de 1999.

<sup>10</sup> COSTA, Maria de Fátima. *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999, p. 55 – 59, 210 – 212.

A demarcação dos limites coloniais no interior da América só foi possível pelo reconhecimento territorial bandeirante durante o século XVIII<sup>11</sup>, atividade que incentivou algumas décadas mais tarde a constituição da linha defensiva entre as coroas de Portugal e Espanha no interior do continente.<sup>12</sup> Estrategicamente a fundação destes empreendimentos militares poderia encerrar as questões territoriais na fronteira ou mesmo diminuir as tensões entre as metrópoles nas proximidades da bacia platina, já que uma vez assentadas praças militares seria mais fácil povoar o território, criando uma barreira urbana na região limítrofe.<sup>13</sup>

A política adotada pelo Marquês de Pombal considerou que a militarização das regiões fronteiriças do território colonial deveria ser uma das prioridades de sua administração. A descoberta dos núcleos mineradores de Cuiabá e Vila Bela, a criação da capitania de Mato Grosso, a preservação do entreposto de abastecimento das monções de Camapuã, a proteção contra investidas castelhanas, a povoação da via flúvioterrestre que ligava a região mineradora até o litoral atlântico e a proteção do Rio de Janeiro compõem os benefícios que incentivaram a composição da barreira defensiva no oeste colonial.<sup>14</sup> A região fronteiriça entre Castela e Portugal na América do Sul pode ser entendida, portanto, como uma zona de conflitos e interesses territoriais ou mesmo como uma área a ser defendida no processo de colonização da porção central sul-americana.<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500 – 1800*. 7ª Edição. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 221.

<sup>12</sup> TULUX, Bruno Mendes. “A defesa do oeste colonial no contexto da segunda metade do século XVIII – o sul da capitania de Mato Grosso”. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN, volume 9 número 4, sem paginação, set./out. de 2008.

<sup>13</sup> SOUZA, Laura de Mello e. (org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 61, 71, 80 – 81.

<sup>14</sup> BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, p. 70.

<sup>15</sup> FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 164.

## *Acordos internacionais na área setentrional da Bacia Platina<sup>16</sup>*

A questão limítrofe na América esteve ligada às relações político-diplomáticas que envolveram estas metrópoles que dispunham de territórios sob seus domínios no Novo Mundo. Relativo à fronteira mais pobre entre a Espanha Portugal<sup>17</sup> é possível entender que a defesa do território localizado entre os atuais limites do Paraguai e Bolívia com o Brasil foi recíproca. Portanto, a definição dos limites coloniais teve correspondência e similaridades em outras localidades como, por exemplo, nas cidades e vilas ibéricas localizadas no continente asiático.<sup>18</sup> A Europa nunca dispôs de grandes contingentes humanos e nem de Exércitos Nacionais que pudessem ser enviados até a América para mútuos ataques e enfrentamentos. Esta condição fez com que as colônias ibero-americanas dispusessem de uma população rarefeita e concentrada especialmente nas regiões produtoras de riquezas<sup>19</sup>.

A definição das fronteiras coloniais na América dependeu muito mais de ações políticas internacionais para a consolidação dos limites do que do resultado de um natural avanço urbano em direção ao interior do continente. A política para a delimitação territorial foi fundamentada em tratados e acordos que regulamentavam a divisão territorial entre Portugal e Espanha. O Tratado de Tordesilhas dividiu entre as metrópoles ibéricas as terras encontradas no além-mar. A descoberta do ouro no centro da América, entre o final do século XVII e início do século XVIII, deu início a uma intensa busca pelo “Eldorado” no interior do

---

<sup>16</sup> Para maiores informações ver TULUX, Bruno Mendes. “Considerações sobre a definição documental das fronteiras coloniais na América: um olhar sobre a porção setentrional da bacia platina”. *TRIAS*. Vol. 01 Núm. 03, sem paginação, maio a outubro de 2011.

<sup>17</sup> Estas afirmações são elaboradas a partir do entendimento de que esta região não esteve inserida no contexto de comércio internacional das colônias, nem a porção espanhola nem a parte portuguesa.

<sup>18</sup> GIRALDO, Manuel Lucena. “Reformar as florestas: o Tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa” *Revista OCEANOS – A Formação Territorial do Brasil*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 40, p. 68., Outubro/Dezembro de 1999.

<sup>19</sup> No caso português a maior parte da população concentrava-se no litoral. A população castelhana na América do Sul concentrava-se nas regiões andinas mineradoras. Porém, as investidas para o sertão sempre foram realizadas pelos colonos em busca de riquezas, objetivando a fundação de novos povoados.

continente. A corrida pela posse das minas auríferas aproximou os colonos portugueses cada vez mais da região mineradora espanhola, estendendo a influência lusitana até o vale do Guaporé, aos pés da Cordilheira dos Andes.<sup>20</sup>

A defesa territorial e a descoberta das minas auríferas no sertão continental transformaram o panorama colonial. A criação de mecanismos defensivos militares foi uma resposta das autoridades castelhanas à notável aproximação dos portugueses às minas andinas. A delegação de autonomia para defesa e ataque aos governos locais portugueses colaborou para o aumento da tensão entre os dois lados da fronteira.<sup>21</sup> A tentativa de implantar bases para o que viria a ser a fronteira lusa colonial deu-se pelo constante incômodo paulista às missões jesuíticas castelhanas, tornando o confronto pelos limites uma questão de tempo. Apesar de estratégica a fronteira colonial entre Espanha e Portugal não despertou nenhum cuidado especial por parte de ambos os lados até aquele momento. Após a aproximação dos bandeirantes e a consequente destruição das reduções jesuíticas de Itatim, Guairá e Tapes e da cidade paraguaia Santiago de Xerez<sup>22</sup> é que houve a preocupação do governo espanhol em guardar e preservar o território castelhano, caminho que poderia dar acesso até as minas de prata de Peru e Bolívia.

Mesmo sem poder afirmar categoricamente onde se encontrava, sabia o governo luso que a ultrapassagem da inicial delimitação do Tratado de Tordesilhas já havia sido transposta.<sup>23</sup> Os interesses espanhóis voltavam-se às áreas mineradoras e não acreditavam na possível ocupação do centro da América por portugueses, pois se pensava que esta região apresentava características insalubres. Assim, o pouco esforço aplicado por Espanha para monitorar o território estava concentrado em uma pequena parcela populacional que se manteve sentinela junto ao estuário do rio da Prata.<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> CORREA FILHO, Virgílio. *Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Publicação Oficial Typ. do Jornal do Commercio, 1922, p. 09.

<sup>21</sup> BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, p. 30 – 31.

<sup>22</sup> Fatos que passaram a ser corriqueiros já que a intensificação da atividade bandeirante paulista, além de procurar alternativas para o comércio, ainda encontrava lucros no comércio da mão-de-obra indígena.

<sup>23</sup> GÓES, Synésio Sampaio. *Op. cit.*, p. 49.

<sup>24</sup> BOUNGAINVILLE, Louis Antoine de. *Viajes al redor del mundo*, In: *A América Latina de colonização espanhola: antologia de textos históricos*. 2ª Edição: HUCITEC, 1978, p. 133.

As propostas para a criação do novo tratado estavam fundamentadas no abandono do acordo anterior e teria como base a delimitação das terras pelo *uti possidetis*, princípio este que determinava o direito à posse e exploração da terra para quem já estivesse fixado nos sítios em questão. Em 1750 o Tratado de Madrid definiu como limites entre Espanha e Portugal na América do Sul os recursos físicos e acidentes geográficos, finalizando, temporariamente, a discussão sobre os limites ibéricos americanos. A nova organização política do território conferiu aos “invasores” lusos a posse das terras em litígio na fronteira. Porém, devido às dificuldades em se concretizar o Tratado de Madrid este acordo de limites foi, pouco mais de dez anos após sua criação, substituído pelo Tratado de El Pardo em 1761.

El Pardo revogava tudo o que foi confirmado por seu antecessor. Com o desuso do *uti possidetis*, que legitimou a ocupação portuguesa no interior do continente, voltaram as incertezas iniciais de Tordesilhas, criando uma pausa no trabalho de definição das fronteiras. Passada a revogação de Madrid e as incertezas de El Pardo o próximo acordo, denominado Tratado de Santo Ildefonso e firmado no ano de 1777, consolidou os limites e retomou a resolução do *uti possidetis* para confirmar as fronteiras, aos moldes de como foi pensado em 1750.

Santo Ildefonso vigorou até 1801, quando foi substituído pelo Tratado de Badajoz. De natureza bem menos reformadora e sim com um caráter confirmador, este último tratado legitimou as propostas de Madrid, ratificadas por Santo Ildefonso, com exceção à região de Sacramento, que passou a ser permanentemente de domínio espanhol. Desta forma, é possível entender que a consolidação da fronteira colonial não ocorreu de maneira pacífica. Os interesses diversos na região culminam para a defesa e conseqüente militarização de uma área em litígio. A exploração econômica da região central só foi possível através do pastoreio de rebanhos nativos que se deu graças aos missionários jesuítas que anteriormente habitaram estes sítios e introduziram gado bovino e equino nas pastagens naturais, constituídos como matéria-prima para os habitantes da região.<sup>25</sup> O pastoreio foi visto com bons olhos pelo governo de Espanha à época, sendo

---

<sup>25</sup> ACERES, Nidia R.. “Concepción ‘peligrosa’ y ‘descubierta’ de la frontera norte paraguaya. Espaço étnico sócio-político (1773 - 1840)” *Revista de História – Departamento de História da Universidade de São Paulo*. Editora Laboratório COM-ARTE-ECA/USP, Número 133 (Terceira Série), p. 60 – 64, 2º semestre de 1995.

responsável por transformar a porção norte da bacia platina em uma próspera região onde a pecuária seria a maior fonte de exploração econômica.<sup>26</sup>

## *O Forte Iguatemi e a diversão pelo sul de Mato Grosso: a experiência do governo do Morgado de Mateus<sup>27</sup>*

A imprecisão sobre a localização da fronteira colonial na América gerou uma série de questões mal resolvidas. Entre essas dúvidas uma delas pairava sobre a fronteira de Mato Grosso: entre os rios Igurei e Iguatemi. Os paraguaios alegavam ter posse sobre o território e os paulistas, apesar de estarem cientes e convictos do domínio português, nunca o fizeram de fato, criando em meados de 1760 as “expedições aos certões do Yvay” que visavam conhecer a região e implantar uma fortificação militar.<sup>28</sup> Sabendo da movimentação espanhola na região do Prata já em 1770 e preocupado com alguma investida frente às posições portuguesas na região, o Morgado de Mateus, governador de São Paulo, em ação de cautela e segurança intensifica o processo de guarnição da fronteira com armas e munições, prevendo ataque vindos do norte e sudoeste paraguaio.<sup>29</sup> O governador da capitania de Mato Grosso, Capitão General D. Luiz Pinto de Souza Coutinho, reconheceu no governo paulista maior eficiência na proteção e guarda do sul da capitania, região que estaria mais próxima do governo paulista.

A defesa da região fazia-se indispensável já que “Portugal precisava sustentar pelas armas a posse dos territórios que conquistara além das raias de Tordesilhas”.<sup>30</sup> Foram grandes as dificuldades de se plantar núcleos urbanos nes-

<sup>26</sup> AZARA, Félix de. Descripción del Paraguay y del rio de la Plata, In: *A América Latina de colonização espanhola: antologia de textos históricos*. 2ª Edição: HUCITEC, 1978, p. 138 – 139.

<sup>27</sup> Para maiores informações ver TULUX, Bruno Mendes. “O sul de Mato Grosso na experiência do governo do Morgado de Mateus na capitania de São Paulo”. *Colóquios*. Colegiado de História, v. 01 n. 01, p. 273 – 285, junho de 2008.

<sup>28</sup> BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, p. 132 – 133.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 149.

<sup>30</sup> MELLO, Raul Silveira de. *História do Forte Coimbra – 1º Volume – I a V Períodos (1500 -*



sa região já que a ocupação deu-se de maneira não espontânea, não havendo nenhum atrativo econômico que convidasse colonos a se assentar definitivamente naquela área. Ao contrário, a acomodação de populações no sertão de Mato Grosso deu-se muito mais por uma necessidade política de constituição dos limites portugueses na região além do planalto litorâneo. Essa constituição de uma linha lusa no sertão é fundamentada pela construção de linhas fortificadas e posteriormente de povoados que existiam para abastecer estes postos militares, em regiões próximas da linha defensiva.<sup>31</sup>

A região sul-sudoeste de Mato Grosso, além de desempenhar funções militares de defesa do território ainda foi pensada como núcleo colonizador nas proximidades da fronteira, “sua função não se esgotava nos aspectos estritamente militares, constituindo uma cintura populacional que definia uma presença civil efectiva sobre o terreno, marca fundamental para a reivindicação territorial”.<sup>32</sup> A questão militar foi fundamental para a manutenção de tropas na região próxima à fronteira e para a repressão da iminente ameaça espanhola que poderia vir pelo leste-norte do Paraguai. Além de funcionar como uma opção da política pombalina de estender os domínios portugueses para oeste.<sup>33</sup>

Fundado em 22/09/1767<sup>34</sup> o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi passou a ser o primeiro baluarte luso no território correspondente à fronteira de Mato Grosso. Ligada à existência do Iguatemi existiu a idéia que com sua fundação, no sul de Mato Grosso se cumpririam as determinações impostas pela política pombalina, além de assegurar a tarefa da capitania de São Paulo em sua restauração, protegendo os territórios Sul e Oeste da Colônia.<sup>35</sup> Este forte nunca foi pensado como um instrumento de investida contra os paraguaios. “A pretensão dos paulistas não era conquista de terras de

---

1718). Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1958, p. 09.

<sup>31</sup> FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 164.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 171 - 172.

<sup>33</sup> BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, p. 50 – 51, 104.

<sup>34</sup> MARTINS, Gilson Rodolfo. “Forte Iguatemi: sua construção e importância na definição dos limites territoriais brasileiros – ano 1767”. *Revista ARCA*. Visuarte, nº 03, p. 40, 1992.

<sup>35</sup> BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, p. 127 - 128.

Castela. Queriam era desenvolver o estabelecimento de Nossa Senhora dos Prazeres, em terras que davam por certo serem portuguesas.”<sup>36</sup>

Mesmo sendo fundado pelo Morgado de Mateus, o forte em questão não passaria a fazer parte da jurisdição de São Paulo, ficando acordado entre os governadores que a defesa fez-se pela grande distância entre a região e a capital mato-grossense e pela proximidade com o governo paulista. A posição do Iguatemi era antes de tudo segurança para um plano maior, a defesa do território colonial, motivo pelo qual foi designado o governo da recém instaurada capitania para D. Luis Antônio, respeitado militar na Europa.<sup>37</sup>

A historiografia, porém, não comprova através de um grande acervo documental que houve, regularmente, o envio de tropas paulistas para o sul e oeste da Colônia. No entanto, é possível perceber que a política de defesa territorial através da “diversão”, tese levantada e executada pelo Morgado de Mateus, existiu. Assim feita defesa, materializada pelo Forte Iguatemi, esta se apresenta através da manutenção de uma posição militar no Oeste e consentida graças ao prestígio que havia conquistado o Governador desta Capitania em momentos anteriores.<sup>38</sup> Em 1771 o Morgado de Mateus estabeleceu uma série de “pontos essenciais” que foram os principais objetivos para a defesa da fronteira pelo Iguatemi e à parte ocidental da Colônia:

- Transformar o Iguatemi em ponto fortificado de defesa do território e instrumento de “diversão” caso seja iniciado algum ataque castelhano;
- Povoar as terras adjacentes, chamadas pelo governador de “Campanhas de Vacaria” e assim criar uma situação favorável para existência da praça, sem que esta fique dependente de socorro paulista, pela distância e pela dificuldade em fazê-lo;
- E finalmente proteger também a região mineradora de Cuiabá e todo o território de Mato Grosso, desprovido de quaisquer meios defensivos até o momento da confecção destes pontos.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 140 - 141.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 141.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 265 – 266, 272 - 273.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 273 - 274.

Acreditava o governador paulista que a manutenção do forte era sem quaisquer precedentes, fundamental para a consolidação da fronteira colonial.<sup>40</sup> A “diversão” proposta reforçava-se quando com a provável falta de homens no sul forçaria o possível envio de tropas de Buenos Aires, ou mesmo ainda de Espanha, caso houvesse alguma tentativa de invadir o território oeste da colônia portuguesa, enfraquecendo a resistência no Sul. O Iguatemi foi, portanto, fundado para fazer “diversão” aos castelhanos, porém ele ainda assegurava proteção à Mato Grosso, Goiás, à região de Sete Quedas e seria ainda um posto de defesa ao norte da bacia platina.<sup>41</sup> Entre 1772 e 1773 o governador de São Paulo recomendou atenção ao oeste da colônia. Por mais que ainda fizesse parte da jurisdição mato-grossense a região entre os rios Paraná e Paraguai necessitaria de maior atenção por parte do governo. O Morgado de Mateus temia a interrupção do direito de navegação na região, o que dificultaria ainda mais o abastecimento da região das minas cuiabanas.<sup>42</sup>

## *Um acesso para o Mato Grosso: o Forte de Coimbra como guardião da fronteira e do rio Paraguai*

A fronteira colonial, especialmente a região limítrofe entre a capitania de Mato Grosso e as posses espanholas, constituía-se não apenas de um vazio demográfico, mas de uma área fundamental para ligar o litoral e o centro do continente, a bacia platina e a bacia amazônica. A situação litigiosa da fronteira passou então a configurar como um evento belicoso, pois, segundo John Keegan, as posições lusas e castelhanas configuraram-se como posições de batalha, mesmo sem que houvesse sido declarada guerra entre estas Coroas na América, Ásia ou mesmo na Europa.<sup>43</sup> A batalha protagonizada por lusos-brasileiros e hispano-paraguaios representou e influenciou a construção de pontos fortificados às margens dos rios da região.

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 274.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 277, 289, 332.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>43</sup> KEEGAN, John. *O rosto da batalha*. Tradução de José Vieira de Lima. Lisboa: Editora Fragmentos, 1976, p. 12.

No âmbito da fundação do Presídio de Nova Coimbra, depois chamado de Forte Coimbra, a historiografia relata uma discussão acerca da localização deste empreendimento militar. Localizado à margem direita do rio Paraguai, o forte foi construído no estreito de São Francisco Xavier, local onde o capitão Matias Ribeiro da Costa pensou ter escolhido corretamente, seguindo as instruções e indicações do governador mato-grossense Luis de Albuquerque. O local selecionado por Matias da Costa é a primeira formação rochosa que surge na margem direita à jusante do rio, acompanhado por uma cadeia de morros na margem oposta, assemelhando-se bastante da descrição do governador sobre o melhor lugar para se fundar o forte. O Morro da Marinha, local escolhido por Luis de Albuquerque, localizado no acidente geográfico conhecido como Fecho dos Morros, surge na margem direita, sendo que na margem esquerda existe uma série de morros menores. Esta indicação de dois lugares com descrições muito próximas não aparecem nas recomendações dadas a Ribeiro da Costa, não havendo nem mesmo a indicação de que deveria a expedição passar por um estreito semelhante, fazendo com que este tenha acreditado ter chegado ao local escolhido logo quando encontrou o estreito de São Francisco Xavier.<sup>44</sup>

O local escolhido para fundar Coimbra foi a margem oeste do rio Paraguai levando em consideração vários aspectos: observação do território, melhor localização para ataque, proteção em caso de ofensiva, proteção contra sazonais enchentes e constituição de lavouras para subsistência do contingente militar. “Chegado ali, levava provavelmente Matias 3 a 4 dias a reconhecer minuciosamente as duas margens do rio, o contorno dos morros e os observatórios; e, em consequência, decidiu-se pela margem direita.” A escolha pela margem ocidental, embora estivesse em terreno de domínio paraguaio, foi previamente autorizada por Luis Albuquerque que permitiu também que fosse assentada estacada em local fácil e cômodo se sentisse necessidade.<sup>45</sup>

Virgílio Correa Filho entende que o erro na escolha pelo local de fundação do Forte Coimbra incentivou os colonos paraguaios a povoarem as margens do rio Paraguai e criar seus instrumentos de defesa, como o Forte Olympe e o For-

---

<sup>44</sup> MELLO, Raul Silveira de. *História do Forte Coimbra – 2º Volume – VI e VII Períodos (1748 - 1802)*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959, p 65 – 66, 69.

<sup>45</sup> MELLO, Raul Silveira de. *História...*, 2º volume, *Op. cit.*, p. 71, 73.

tim de San Jose, em sítios próximos à Coimbra.<sup>46</sup> Mello entende que o erro na escolha pelo local de fundação do forte foi na verdade um acerto. Durante a escolha da localização de Coimbra estavam os castelhanos cobiçosos pela retomada dos territórios fronteiriços junto aos domínios portugueses, entendendo que a aguçada vigilância paraguaia associada à distância desta praça com o restante da capitania estaria decretada a efêmera permanência dos portugueses na região do médio-Paraguai caso fosse fundado Coimbra em Fecho dos Morros. Mello ainda credita ao erro de Matias o domínio da navegação pelo médio-Paraguai, já que este equívoco providencial alavancou a fundação de Albuquerque, Corumbá e outros sítios, justamente para abastecerem Coimbra e não deixar que este percesse pela falta de víveres.<sup>47</sup>

O Presídio de Coimbra foi fundado em 13 de setembro de 1775 e a expedição contou, além do capitão Matias, com o subcomandante capitão Miguel José e alguns dragões treinados no tiro de artilharia. A primeira planta conhecida corresponde a um desenho feito após um incêndio, ocorrido dezesseis meses após a fundação do destacamento. A forma inicial durou aproximadamente vinte anos até que o presídio adquirisse o contorno que conserva atualmente. Mas mesmo antes de adquirir o clássico traçado, entre 1780 e 1790, o presídio foi aumentado cerca de quarenta e cinco metros em sua lateral, o que significativamente não proporcionou nenhuma melhora à defesa da estacada, mas permitiu uma melhor acomodação da guarnição e uma melhor distribuição das instalações na área interna do presídio, que foi construído em terreno rochoso e não permitiu a abertura de fosso de proteção.<sup>48</sup>

Dadas circunstâncias de instabilidade política na região da fronteira, decidiu então Miranda Montenegro, governador da capitania de Mato Grosso no final do século XVIII, enviar ao Presídio de Coimbra o experiente Ricardo Franco que esteve durante algum tempo responsável pela guarnição militar do Forte Príncipe da Beira no rio Guaporé. Ricardo Franco chegou à Coimbra em substituição ao capitão Rodrigues do Prado, oficial que foi designado para providenciar a instalação do Presídio de Miranda, às margens do rio Mbotetê. No ano de 1797,

---

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 73, 83 – 85.

observou Ricardo Franco que a estrutura erguida no rio Paraguai necessitava de cuidados urgentes quanto a sua estrutura, sugerindo o tenente-coronel que fosse imediatamente providenciada mudança do local. Distanciando aproximadamente cento e trinta metros da localização original estaria o local mais apropriado para se manter a fortificação acompanhando a relevo do sítio.<sup>49</sup>

## *O erro fundamental e a fundação do Presídio de Miranda*

A fundação de um estabelecimento militar na região da foz do rio Mbotetê já figurava entre os planos de defesa da capitania de Mato Grosso desde a década de 1770. Pelas condições em se associar a proteção de Camapuã, a defesa do itinerário de abastecimento da área mineradora cuiabana e a navegação pelo médio curso do rio Paraguai, e auxiliar a defesa do Forte Coimbra, a idéia de implantar junto à porção final do Mbotetê um empreendimento militar era muito bem aceita pelo governo mato-grossense. Além das condições geográficas favoráveis para a criação do baluarte ainda havia a possibilidade de cultivar roças nos campos adjacentes, tanto para o autoabastecimento do presídio quanto para formar força defensiva junto ao Forte que foi implantado no rio Paraguai em meados da década de 1770, garantindo assim a porção sudoeste da capitania frente às investidas castelhanas. Em 1776 já havia sido escolhido local propício para o assentamento de uma guarnição militar, à margem direita do rio Mbotetê.<sup>50</sup>

Mesmo com reais intenções em povoar e garantir a porção final do Mbotetê por parte do governo mato-grossense, os colonos paraguaios não deixaram de vasculhar a região procurando gado e ervais nativos e conseqüentemente extrapolando os limites sul da capitania de Mato Grosso, fato que comprometia a manutenção da fronteira colonial estabelecida pelos tratados limítrofes acordados durante a segunda metade do século XVIII.<sup>51</sup> A ocupação paraguaia na região dos Morros dos Três Irmãos, onde foi fundado pelos colonos castelhanos o Forte Bourbon, tornava totalmente inviável para o governo de Mato Grosso

---

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 354.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 93 – 95.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 303.

fundar qualquer estabelecimento militar abaixo desse acidente, pois inevitavelmente este se tornaria alvo fácil para o ataque castelhano. Em 1797 o oficial responsável pelo Forte Coimbra, capitão Rodrigues do Prado, foi deslocado de seu posto para fundar na foz do Mbotetê um presídio. Este estabelecimento teria a finalidade de cobrir a região conta a investida dos atacantes castelhanos à região centro-sul da capitania. A urgência em se criar tal artefato de defesa foi notada após as recentes investidas paraguaias na região, como fica clara após a fundação do Forte Bourbon em 1792, fato que demonstrou o interesse castelhano em retomar o território ou pelo menos parte do mesmo.<sup>52</sup>

A escolha do local mais apropriado para a fundação deste Presídio atenderia algumas designações estratégicas já que este deveria ser de rápido acesso junto ao Forte Coimbra, além de cumprir com sua função de guarnecer militarmente a região.<sup>53</sup> Não se sabe com exatidão a data de fundação do Presídio de Miranda. Apesar de já autorizada a defesa dessa localidade e de expedições anos antes de 1797, estimou-se que o mais provável teria sido entre os quinze dias aproximadamente após a saída da expedição do Forte Coimbra para a fundação do Presídio de Miranda, que ocorreu no dia nove de outubro de 1797, e o dia três de novembro do mesmo ano, data escolhida propositalmente, pois remetia ao primeiro aniversário da chegada do então governador da capitania, Miranda Montenegro, à Vila Bela. O nome deste estabelecimento também é uma homenagem a este capitão-general, como a mudança do nome do rio que aconteceria anos mais tarde.<sup>54</sup>

A inicial escolha do local de fundação do Presídio, realizada no ano de 1797 foi suplantada ainda em 1799, ano em que o presídio mudou de local devido a uma enchente que invadiu a construção e destruiu parte da estrutura do empreendimento. A escolha do novo local para reconstruir o presídio deu-se à distância aproximada de cerca de duzentas braças do local escolhido inicialmente.<sup>55</sup> Mello atribui ao Presídio de Miranda elevado valor histórico, pois, mesmo não restando atualmente nem mesmo ruínas desta construção e não se conhecendo nem

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 304 – 305, 368.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 370, 378.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 371 – 372, 374 – 375.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 376.

mesmo o local de fundação com exatidão, este cumpriu seu dever militar, que foi auxiliar na manutenção da fronteira mato-grossense com as posses castelhanas no interior da América do Sul, conjuntamente com o Forte Coimbra. “Vê-se, portanto, que a escolha do Miranda e sua ocupação militar, se não chegou tarde, chegou no momento exato, que correspondeu em tudo ao seu destino histórico, qual foi a defesa e incorporação do sul de Mato Grosso”.<sup>56</sup>

## *Considerações finais*

Compreender as motivações para os desentendimentos fronteiriços entre as frentes colonizadoras de Portugal e Espanha durante o século XVIII constitui um esforço eficaz na análise do desenrolar dos conflitos fronteiriços. A formação dos estados nacionais platinos passa, necessariamente, pelos infortúnios das tropas que ali se instalaram durante todo o século e meio que antecedeu a Guerra da Tríplice Aliança. Conjuntamente à militarização dos limites, guarnecer a fronteira propiciou mais tarde a consolidação da ocupação territorial através da fundação de vilas e cidades para abastecer estes postos militares e ceder auxílio, caso fosse preciso.<sup>57</sup> Neste sentido, a análise do passado pela metodologia da história militar é uma opção para compreender o processo de formação de uma fronteira militar de Mato Grosso, conforme a proposta deste texto, cujo objetivo é apresentar uma espécie de gênese dos desentendimentos na fronteira.<sup>58</sup>

A documentação produzida pelos tratados figurou muito mais no plano internacional e em raríssimos momentos estas resoluções foram respeitadas, tanto por Portugal como por Espanha; no interior da América do Sul houve mútuas invasões. Sem que essas invasões se fizessem intencionalmente, já que os tratados apresentavam resultados virtuais a uma população que muitas vezes foi suprimida de documentação que a fizesse existir no mundo legal, tanto portugueses quanto espanhóis desrespeitaram essas resoluções. Feita defesa e entendida essa região como a fronteira entre Espanha e Portugal na América, “o território nascido dessa conjugação de vontades seria assumido pelo Estado como a ‘zona

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 379.

<sup>57</sup> FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 178.

<sup>58</sup> KEEGAN, John. *Op. cit.*, p. 20.



antimural’, ‘a barreira de defesa’, a fronteira entre as duas frentes ibéricas de colonização no oeste da América do Sul.’<sup>59</sup>

Desta forma, este trabalho pretendeu tratar preliminarmente dos desentendimentos fronteiriços entre portugueses e espanhóis, especialmente na porção sul-sudoeste da capitania de Mato Grosso, espaço que compreender atualmente a fronteira entre Brasil e Paraguai, e foi teatro da maior batalha já assistida no continente americano, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Entendendo ainda que este assunto merece maiores análises e que as reflexões aqui apresentadas apenas iniciam a discussão acerca da história dessa região a partir da formação das fronteiras nacionais.

---

<sup>59</sup> FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 164. <sup>59</sup> FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 164